

MARIZA PEREIRA COSTA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DE ENSINO
NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE DELMIRO GOUVEIA- AL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas- Campus do Sertão, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Diêgo Rodrigues da Silva

DELMIRO GOUVEIA-AL

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Unidade Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

C837e Costa, Mariza Pereira

Educação ambiental : entre a teoria e a prática de ensino na
Educação Básica de Delmiro Gouveia- Al / Mariza Pereira Costa. –
2018.

58 f. : il.

Orientação: Prof. Me. Diêgo Rodrigues da Silva.
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2018.

1. Educação Básica. 2. Educação ambiental. 3. Delmiro Gouveia.
I. Título.

CDU: 37:502

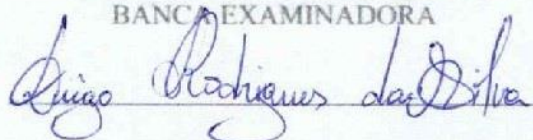
MARIZA PEREIRA COSTA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DE ENSINO
NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE DELMIRO GOUVEIA- AL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas- Campus do Sertão, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

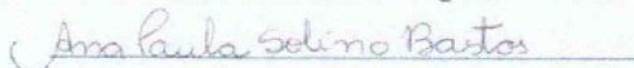
Aprovada em 17 /10 /2018

BANCA EXAMINADORA



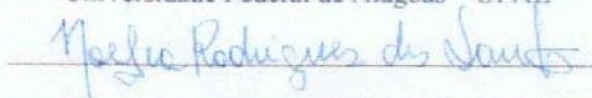
Orientador: Prof. Me. Diêgo Rodrigues da Silva

Universidade Federal de Alagoas – UFAL



Examinadora 1 : Profa. Dra. Ana Paula Solino Bastos

Universidade Federal de Alagoas – UFAL



Examinadora 2: Profa. Ma. Noélia Rodrigues dos Santos

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

*“Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à
sombra do Onipotente descansará”.*

Salmos 91:1

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me permitiu tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida. E não somente nestes anos como universitária, mas, que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Agradeço a minha mãe Marlene, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço, por ter cuidado do meu bebê enquanto eu passava o dia inteiro longe. Obrigada por tudo, palavras não são capazes de expressar a gratidão a ti.

Em memória ao meu padastro Dinho, que mesmo tendo partido muito cedo, nunca me esqueço do primeiro dia de aula ele me levando para universidade na sua oppla, dava para ver no olhar dele o orgulho que carregava por isso, obrigado por toda energia transmitida da eternidade.

Obrigada minha irmã e sobrinhos, que nos momentos de minha ausência dedicado ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente, assim como todo o carinho empregado ao meu querido filho Arthur, nos momentos que não pude está presente em sua vida.

Obrigada, também, a minha querida e saudosa avô que no percurso acadêmico partiu deixando saudade, mas não esqueço de todo apoio financeiro que me deste para que eu pudesse continuar a universidade, um dia nos encontraremos na eternidade.

Meus agradecimentos as amigas Camila Oliveira, Laís Rocha, Mara Cardoso, Raquel Pereira e Eliene Farias, companheiras de trabalhos e irmãs na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

As amigas de infância Celiane Alves, Andréa Santos e Mayara Santos, na qual compartilhamos muitos sonhos, nossas vidas tomaram rumos diferentes, mas nunca esquecerei o quanto me apoiara e me fizeram sorrir das quedas que às vezes a vida nos dá.

A Universidade Federal de Alagoas, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Agradeço a todos os professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto quese dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça

aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

Agradeço ao meu orientador por toda atenção e ensinamentos, obrigado não conseguiria finalizar o trabalho sem sua colaboração.

Ao meu filho Arthur Gomes Costa, por todo carinho ao chegar em casa cansada, através do seu nascimento me realizei em quanto ser humano, sua presença nunca me deixou desistir dos meu objetivos, pois sempre tive que pensar não apenas em mim, mas que tenho uma vida especial para cuidar, obrigado por sua existência filho, mamãe te ama.

“Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a prática da educação ambiental, na rede de educação básica de Delmiro Gouveia-AL. O caráter transversal da questão ambiental na educação básica é objeto frequente de análise entre diversos autores que já se debruçaram sobre essa temática. Entre as principais questões abordadas, está o modo superficial e distância entre a teoria e a prática de ensino. Estão os professores preparados e cientes para exercerem a educação voltada para as questões socioambientais em sintonia com o arcabouço teórico e normativo que orienta o tema? Assim, o trabalho teve por objetivo analisar a prática do ensino de educação ambiental, em sintonia as normas e proposições teóricas existentes para o tratamento do tema. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica que traz reflexões de autores como Suavé (2005), Ruffino (2008) Jacobi (2003), Reis (2003), assim como, uma pesquisa documental, especialmente no que tange às normas de educação ambiental como PCN'S, LDB, diretrizes. Por fim, para melhor entendimento foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa, com 25 professores de 5 escolas diferentes da cidade. O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista. Os dados coletados foram organizados em 4 categorias, a 1º foi a categoria educação ambiental; 2º normas de formação para professores da educação ambiental; 3º ensino e currículo em educação ambiental e 4º dificuldades para trabalhar a educação ambiental. Por meio da pesquisa foi possível notar que a educação ambiental está sendo trabalhada de maneira distorcida da conjuntura documental e bibliografias norteadoras. Para chegar os resultados aqui apresentadas foi necessário defrontar a teoria e a prática. Nesse sentido, buscamos refletir por meio das referências bibliográficas e normas, a fim de contribuir com o tema por meio do resultado exposto.

Palavras-chaves: Educação ambiental; Normas; Professor, Meio Ambiente.

ABSTRACT

This paper presents a reflection on the practice of environmental education in the Delmiro Gouveia-AL basic education network. The transversal nature of the environmental issue in basic education is a frequent object of analysis among several authors who have already studied this theme. Among the main issues addressed is the superficial mode and distance between theory and practice of teaching. Are teachers prepared and aware to carry out education focused on social and environmental issues in line with the theoretical and normative framework that guides the theme? Thus, the objective of this work was to analyze the practice of teaching environmental education, in harmony with the existing norms and theoretical propositions for the treatment of the theme. The methodological procedures used were the bibliographical research that brings reflections of authors such as Suavé (2005), Ruffino (2008) Jacobi (2003), Reis (2003), as well as a documentary research, especially with regard to environmental education standards as PCN'S, LDB, guidelines. Finally, for a better understanding, a qualitative exploratory research was carried out, with 25 teachers from 5 different schools of the city. The instrument of data collection was an interview. The data collected were organized into 4 categories, the 1st category was the environmental education category, here conceptualization and vision; 2^o training standards for teachers of environmental education; 3^o teaching and curriculum in environmental education and 4^o difficulties to work on environmental education. Through the research it was possible to notice that the environmental education is being worked in a distorted way of what is in the documents and guiding bibliographies. To arrive at the reflections presented here, it was necessary to confront theory and practice. In this sense, we seek to reflect through bibliographical references and norms, in order to contribute to the theme through the result I export here.

Keywords: Environmental education; Standards; Teacher, Environment

LISTA DE SIGLAS

LDB- Lei de Bases e Diretrizes

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente

PCN - Parâmetro Curricular Nacional

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo da experiência dos entrevistados e o ano letivo que lecionam ---- 29

Quadro 2 - A tipologia das concepções sobre o ambiente na Educação Ambiental ----- 34

LISTA DE FIGURAS GRÁFICAS

Figura gráfica 1- Definição de educação ambiental -----	33
Figura gráfica 2 – A emancipação do sujeito por meio da educação ambiental -----	37
Figura gráfica 3 - Formação dos professores entrevistados-----	39
Figura gráfica 4 - Especialização em educação ambiental -----	41
Figura gráfica 5 - Como organiza o tempo educação ambiental nas disciplinas -----	44
Figura gráfica 6 - Recursos metodológicos, planejamentos para desenvolver a educação ambiental -----	47
Figura gráfica 7 – Projetos de educação ambiental no ano letivo -----	48
Figura gráfica 8 – Dificuldades enfrentadas para desenvolver a educação ambiental -----	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
I– RECONSTITUÍNDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: QUESTÕES TEÓRICAS E NORMATIVAS.....	16
2.1 Aspectos Históricos da Educação Ambiental	16
2.2 Legislações Brasileiras sobre a Educação Ambiental	20
2.3 As Políticas Públicas de Educação Ambiental	24
II – ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	26
1.1 Conceitualização de Educação Ambiental	26
1.2 Metodologia.....	27
1.3 Conhecendo os Sujeitos Pesquisados.....	29
1.4 Descrição do Campo de Estudo.....	31
III - EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM DELMIRO GOUVEIA: UMA ANÁLISE ENTRE TEORIA E PRÁTICA	33
3.1 Categoria 1- Definição de Educação Ambiental	33
3.2 Categoria 2- Normas de Formação de professores para atuar na educação ambiental: o que dizem os professores	39
3.3 Categoria 3- Ensino e Currículo em Educação Ambiental	42
3.4 Categoria 4 - Dificuldades enfrentadas para desenvolver a Educação Ambiental	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

A educação e seus processos educativos são enriquecedores e movem a humanidade, por isso é importante destacar os meios e valorizações para se trabalhar na educação. Dentre os vários processos educacionais, abordar o tema transversal “meio ambiente” permite igualmente compreender ainda mais a humanidade a partir das suas representações socioambientais.

Ao analisar a história do Brasil, com enfoque para a educação, percebe-se que a mesma passou por diversos avanços, e em se tratando da educação ambiental não foi diferente. Como importante campo de estudo o meio ambiente engloba a natureza, o social e o humano, demonstrando que todos nós fazemos parte deste meio, dependemos dele e somos sujeitos de sua transformação.

A justificativa de escolha deste tema dar-se-á, pelo fato de que as questões ambientais estão ocupando cada vez mais o centro de preocupações da sociedade. Isso ocorre por vários motivos, dentre eles, podemos citar a degradação das fontes não renováveis, a poluição desenfreada, o desrespeito com o próximo, e a diversidade de suas representações entre outros. Diante do exposto a pesquisa teve como problema norteador, a seguinte indagação estão os professores da rede de educação básica de Delmiro Gouveia praticando o que dizem as teorias e normas da educação ambiental ?.

O objetivo da pesquisa foi analisar a prática do ensino de educação ambiental, em sintonia as normas e proposições teóricas existentes para o tratamento do tema. Para atingir a meta proposta, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Discutir o conceito de educação ambiental a partir da literatura sobre o tema;
- Analisar de que maneira a educação ambiental se insere na legislação educacional brasileira;
- Avaliar como os professores percebem a educação ambiental em seus aspectos teóricos e normativos;
- Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes para trabalhar esse tema.

Para melhor entendimento o trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo introduz os principais aspectos metodológicos que embasam a investigação; o segundo capítulo aborda os aspectos históricos da educação ambiental, reconstituindo o processo de criação de algumas leis que vigoram na educação ambiental nas escolas e o

tratamento teórico dispensado a esse tema. O terceiro, último capítulo, leva a debate, os desafios entre a teoria e prática através da amostragem da entrevista. Por meio disto podemos identificar alguns problemas que levam a educação ambiental a ser pouco trabalhada em sala de aula ou tratada de maneira distorcida e superficial

I- RECONSTITUÍNDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: QUESTÕES TEÓRICAS E NORMATIVAS

Esse capítulo debate os aspectos históricos da educação ambiental, assim como o que levou a criação de leis e legislações que hoje são primordiais para esse tipo de educação, trata também da inserção da educação ambiental na LDB, e o PCN'S que hoje, de modo geral, é o que norteia à didática e as formas de como se trabalha a educação ambiental na educação formal, porém tiveram algumas leis que foram revogadas ao passar dos anos, mas foram importantes para que se compreenda como se chegou as atuais.

2.1 Aspectos Históricos da Educação Ambiental

A educação ambiental é um assunto importante para entender de fato os princípios da relação entre o homem e o meio ambiente, para melhor cuidar deste e de nós mesmos.

As questões ambientais e o mau uso dos recursos do meio ambiente foram assuntos que não apresentavam visibilidade nas discussões acadêmicas até o início da Revolução Industrial, porém já existia o desgaste do solo, da água, entre outros recursos naturais, isso porque com o surgimento de inovações tecnológicas, o meio ambiente foi, cada vez mais sofrendo alterações, assim como as pessoas que também sofreram e ainda passam pelas consequências causadas pelos impactos ambientais.

Segundo Marcatto (2002), historicamente os primeiros impactos ambientais ou a crise dele foram evidenciados na década de 1950. Isso se deu por causa de uma série de acontecimentos como o *smog* que foi uma poluição atmosférica de origem industrial, que provocou muitas mortes em Londres no ano de 1952. No ano seguinte, até 1960 foi à vez da cidade japonesa Minamata sofrer com os problemas ambientais, agora causado por mercúrio em que milhares de pessoas morreram por intoxicação. Dentre estes e outros acontecimentos, começaram as primeiras críticas e reflexão sobre o uso do meio onde vivemos.

Martins (2009) esclarece que alguns livros foram lançados para criticar o modo como a revolução agravou o meio ambiente. O primeiro livro a criticar essas ações foi o famoso *Primavera Silenciosa* da autora Raquel Carson, publicado no ano de 1962. Na obra, era denunciada a utilização desenfreada de produtos químicos e o despejo no meio ambiente. O livro foi um clássico na história do movimento ambientalista mundial, produzindo discussões e inquietações.

Posteriormente, essas críticas foram ficando mais frequentes e nos anos seguintes alguns autores associaram o desgaste ambiental ao crescimento sócio econômico, assim como o desgaste do solo, eutrofização da água pelo despejo de nutrientes nos cursos d'água, aumento no número de pragas e doenças, destruição de habitats naturais, erosão geológica, acúmulo de lixo e aumento da instabilidade econômica e social nas comunidades tradicionais, assim como afirma (MARCATTO 2002) apesar destas críticas nenhuma providência foi tomada.

No ano de 1972, o clube de Roma realizou uma reunião e posteriormente surgiu outra publicação crítica, em um relatório denominado *Os Limites do Crescimento*. Nesse relatório ficava evidente que o uso desenfreado dos recursos naturais, motivados pela industrialização em um futuro próximo, geraria consequências irreversíveis. O objetivo do relatório era abrir as discussões ambientais de maneira que a humanidade começasse a questionar o modelo de economia e exploração praticados na época.

No mesmo ano, pode-se evidenciar outro acontecimento importante para as discussões sobre o meio ambiente que foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) programa que até os dias de hoje está militante na luta pelo o meio ambiente, tendo algumas finalidades estabelecidas de macro e micro esfera, alocando responsabilidade ao programa, segundo Paschoaleto, Souza, Santos e Lourenço (2014 p.2)

É a principal autoridade global no tema e procura promover o uso consciente de recursos, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, e a conservação do planeta. As resoluções promovidas pelo programa não são mandatórias, são apenas recomendações.

No ano de 1977 acontece uma conferência intergovernamental em Tbilisi, ex-união soviética, sobre a educação ambiental. Nessa conferência foram apresentadas estratégias para a educação ambiental que são vigentes até os dias atuais, neste momento também foi feita a significação da educação ambiental como:

Processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A EA também está relacionada com a prática de tomada de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida (MARTINS, 2009, p.6).

Ruffino (2003) acentua que foi nessa conferência que ficou evidente que a educação ambiental deveria ser tratada com caráter interdisciplinar, posteriormente o congresso internacional sobre a educação e formação relativas ao meio ambiente, que ocorreu em 1987,

fortaleceu as orientações de Tbilisi, e enfatizou a inclusão da dimensão ambiental no currículo de todos os níveis de ensino.

Muitas foram às discussões internacionais sobre o meio ambiente até chegarem no Brasil. Essas reflexões em território brasileiro iniciaram-se no ano de 1992 como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ECO92, ocorrida no Rio de Janeiro tendo a participação de mais de 130 países em que foram produzidos dois aparatos importantes, como a carta da terra¹ que especifica os princípios da ECO92 e também a importante AGENDA21² Documento Operacional da ECO92.

Sendo responsabilidade de todos os países criarem sua própria Agenda21 acrescentando os caracteres regionais e necessidade socioambiental presentes. A ECO92 foi um dos eventos de grande importância para educação ambiental, já que acentuou várias vertentes sobre o assunto que na época não era evidenciado. Após esse grande encontro de países, para discutir o meio ambiente só aconteceu outro encontro de tamanho porte em 1997 a *Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade*, organizada pela UNESCO, em dezembro do referido ano na cidade de Thessaloniki, Grécia.

Sobre esse grande encontro ficou para a educação evidente que os países teriam que ressignificar o modelo educacional levando em consideração os aspectos ambientais para futuramente construir uma sociedade reflexiva sobre a importância da sustentabilidade.

Essas críticas e encontros foram de ampla importância para demonstrar que temos que cuidar e respeitar o meio onde vivemos, que a conscientização é a maior arma para lutar contra a industrialização não consciente e o desgaste dos meios não renováveis.

O meio ambiente durante anos está sofrendo com a falta de conscientização das pessoas e do próprio sistema que não colabora para expor práticas que considere o ambiente onde vivemos e sua prevenção. Segundo o Ministério da Educação (UNESCO, 2007, p.14)

Essa crise ambiental nunca vista na história se deve à enormidade de nossos poderes humanos, pois tudo o que fazemos tem efeitos colaterais e conseqüências não-antecipadas, que tornam inadequadas as ferramentas éticas que herdamos do passado diante dos poderes que possuímos atualmente.

¹Evidência o urgência de inclusão do tema ambiental nos assuntos centrais do país, a carta está disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf

²A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Estando nessa crise ambiental e sendo a educação um dos maiores meios de acesso da população, tem ela a responsabilidade de criar estratégias para que os alunos cresçam com a responsabilidade com o meio onde vivem, desta forma.

A educação ambiental assume assim a sua parte no enfrentamento dessa crise radicalizando seu compromisso com mudanças de valores, comportamentos, sentimentos e atitudes, que deve se realizar junto à totalidade dos habitantes. De cada base territorial, de forma permanente, continuada e para todos (UNESCO, 2007, p.14).

Acrescentando que educação ambiental é

Uma educação que se propõe a fomentar processos continuados que possibilitem o respeito à diversidade biológica, cultural, étnica, juntamente com o fortalecimento da resistência da sociedade a um modelo devastador das relações de seres humanos entre si e destes com o meio ambiente (UNESCO, 2007, p.14).

A educação ambiental é uma das possibilidades para reverter o estado do meio ambiente atualmente. Como foi supracitada a educação ambiental, não é apenas o ambiente natural como fauna e flora, mas tudo que está inserido nele como humanos, culturas, árvores e etc.

A temática da educação ambiental é relevante na escola, pois dentro da educação formal, é justamente o espaço que o estudante está mais incluso nas questões sociais e principalmente como formação intelectual e emancipadora. Pensando assim, sabe-se o quão é importante essa conscientização aos estudantes.

Nesse sentido é necessário destacar alguns princípios complacentes para que tenha de fato a educação ambiental nas escolas, de maneira que contribua, pode-se destacar ressalvas importantes de como de fato deveria ser a educação ambiental nas escolas, tem-se a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), pela Lei N° 9795\ 99, que mostra os princípios de valorização e promoção da educação ambiental em todos os setores da sociedade. Ainda, como suporte, os Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais (PCN'S), que ressalva como trabalhar o tema, de forma transversal.

Como forma de compreensão sobre a educação ambiental, Para definir como se encontra nas escolas nos dias atuais, precisa-se entender algumas questões relevantes, que estão explicitas na lei n° 9.795 de abril de 1999, com ressalva no Art. 11

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender

adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (EFFTING, 2007, p.17).

O autor acima cita que a formação docente é um meio viável de se fazer a educação ambiental na escola e assim, está atendendo aos princípios da lei, supracitada. Ainda de forma bem esclarecedora, temos o ponto de vista que a escola e os autores desta devem aprender e potencializar seus conhecimentos sobre o tema, assim

Dentro da escola deveremos encontrar meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente. É fundamental que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável (EFFTING, 2007, p. 23).

Effting (2007) afirma as ações que devem ser estudadas em sala de aula e como deve acontecer todo o processo, assim surgem indagações importantes, como ter a sociedade como parceira, como construir ações construtivas que os estudantes compreendam a importância e queiram se sentir parte desse processo, sendo assim, fica evidente, que depende em parte da motivação, das estratégias que usadas para despertar o interesse no estudante para a valorização do meio, enquanto pessoa integrante da sociedade, presente e preocupada com o hoje.

2.2 Legislações Brasileiras sobre a Educação Ambiental

A educação ambiental é um assunto que vem se arrastando há anos como podemos notar através das discussões acima, porém antes mesmo de existirem essas pautas, o Brasil já apresentava códigos nacionais que tinha como foco o cuidado com o meio ambiente que era visto apenas como o natural (Fauna e Flora).

No ano de 1934 foi proclamado o código da água que tinha como finalidade “estabelece os princípios do aproveitamento e utilização das águas de domínio público criando direitos e obrigações aos usuários” (WINTHER, 2002, p.16). Este código apesar de muitos anos ainda está em vigência, sendo obrigação dos cidadãos cuidarem da água que utiliza.

Outro código de cuidado com o meio ambiente foi o florestal criado pela Lei 4771 de 1965³. Apesar de serem modificados, nos anos posteriores, pode-se observar que inicialmente ainda que de forma destorcida e hierarca acontecia uma proteção da flora, o código ponto principal era “para a exploração comercial de florestas, procedimentos de difícil consecução para populações de baixa renda” (WINTHER,2002,p.17).

Nos anos posteriores, podemos evidenciar outras legislações para com o cuidado com o meio. Como por exemplo:

Código Nacional de Saúde - Lei Federal 2.132 de 3/9/54 - e seu regulamento (Decreto 49.974-A de 21/01/61, atualmente revogados): estabeleciam normas de proteção ao meio ambiente, condicionando a prática de atividades econômicas à prévia autorização pelas autoridades sanitárias - previsão de medidas de controle sanitário e da poluição para loteamentos residenciais e industriais

Lei nº 4132/62 - Prevê os casos de desapropriação por interesse social para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social

1964 – Estatuto da Terra – Lei Federal nº 4.504 de 30/11/64: introduz o conceito de “função social da propriedade”, que significa considerar a terra como bem de produção, que deve gerar riquezas para seu proprietário e para toda a coletividade, determinando que o seu uso seja feito de maneira racional, conservando o meio ambiente e condicionando ao bem estar geral da população; prevê a destinação de lotes para a agricultura familiar e reforma agrária em imóveis improdutivos (regulamentada pelos Decs 55286/64; 55890/65; 59428/66; alterada pela MP 2183 de 27.08.01)

Decreto 58.054/66 - promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, assinada pelo Brasil, a 27/02/40 (aprovada pelo Decreto Legislativo 3/48).

Decreto 59.308/66 - promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas agências especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica (aprovado pelo Decreto Legislativo 11/66).

Lei de Proteção à Fauna Silvestre - Lei nº 5197/67, conhecida erroneamente Como Código de Caça - dispõe sobre a proteção à fauna (alterada pelas Leis 7.653/88) (WINTHER,2002,p.20).

³A Lei 4771 de 1965 foi criada com intuito de conscientização as pessoas sobre os cuidados com o meio ambiente, atualmente modificado e pela Lei nº 8.847 de 1994 e Revogada pela Lei nº 12.651, de 2012.

Esses são apenas algumas legislações pioneiras (várias foram modificadas, na atualidade) que foram de grande importância para a moldação do sentido de ambientalismo e proteção ambiental. Temos que considerar, que hoje as leis ambientais estão mais abertas e heterogêneas por causa da iniciativa das antigas legislações.

Pode-se observar que essas leis levavam em conta só o caráter extremamente natural como pode ser notado nessas leis supracitadas, isso mudou no ano de 1977 com a conferência de Tbilisi, que trouxe para a discussão aspectos ambientais como o ser social, pois tudo faz parte da sociedade e contribui para o cuidado do meio.

Dentre as legislações atuais evidenciar as voltadas para a educação ambiental é essencial, pois assim arreda reflexões mais fáceis de reverter o imaginário social que vê como meio ambiente apenas o natural e não como uma construção da própria sociedade, sendo o cidadão sujeito desse meio. Existe várias legislações para a educação ambiental, dentre elas podemos citar a lei Federal Nº 6938, de 1981, que institui a *Política Nacional do Meio Ambiente*. Tendo como objetivo levar esta educação para todos os níveis de ensino. É importante destacar a Constituição Federal de 1988, pontua o direito da educação ambiental, que é comprovada no seu capítulo VI Art. 225 esclarecendo que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL1988, p.131)

A Constituição Federal (1988) deixa claro que cuidar do meio não só diz respeito à sociedade ou ao poder público, mas é um dever de todos e é função indissociável do governo garantir que a educação ambiental seja trabalhada em todos os níveis de ensino, para que futuramente a sociedade tenha mais consciência de como seus atos podem afetar a vida de todos ao seu redor.

A lei atual de educação ambiental número 9795 de 27 de abril de 1999 reforça o que a constituição apresentou com pontos específicos do trabalho com esta educação, pontuando que o trabalho com a ela e de responsabilidade pública e privada no seu Art.3º nos capítulos

IV- Aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;
V - Às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho,

bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente (BRASIL, 1999, p.1).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei N° 9394, de dezembro de 1996 aborda no seu Art. 26, capítulo VI no inciso 7° de forma mais precisa a educação ambiental nas instituições educacionais, observa-se que:

A Educação Ambiental será considerada na concepção dos conteúdos curriculares de todos os níveis de ensino, sem constituir disciplina específica, implicando desenvolvimento de hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, a partir do cotidiano da vida, da escola e da sociedade. (BRASIL, 1996, p.14).

A LDB designa como será trabalhada a educação ambiental na educação formal (dentro da sala de aula), apontando o que deve ser trabalhado, porém sem uma disciplina específica, terceirizando assim a educação ambiental. Na verdade, o tema é obrigatório e não tem conteúdo específico, sendo puramente responsabilidade do docente trabalhar ou não essa temática. É notório que os conteúdos devem ressaltar o entorno onde a escola está inserida, ou seja, se há rios, fábricas e como devem ser preservados e conservados sempre levando em debate o pertencimento a esse meio.

Outra política nacional que estruturou a educação ambiental foram os Parâmetros Curriculares Nacionais do ano de 1997. Os parâmetros têm como objetivo da orientação aos professores, sendo de fundamental importância “no apoio às discussões pedagógicas na escola, na elaboração de projetos educativos, no planejamento das aulas, na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático.” (BRASIL, 1997, p.5), sendo o PCN’S um material de apoio para as práticas pedagógicas, coloca a educação ambiental na posição de tema transversal, ou seja, são “alguns temas especiais devem ser discutidos pelo conjunto das disciplinas da escola, não constituindo-se em disciplinas específicas”(BRASIL, 1997, p. 33) Conforme define Reigota (2002, p. 58).

O papel da educação ambiental enquanto um tema transversal parte de “uma proposta filosófica e pedagógica que considera a escola um centro de questionamentos e produção de alternativas sociais, políticas e culturais mais sintonizadas com o seu tempo”.

Desta forma, fica evidente que a educação ambiental deve ser trabalhada de forma dialogada, considerando o cotidiano dos alunos e suas vivências, para que assim possamos problematizar as vivências e posteriormente ressignificar suas ações com meio onde vive.

2.3 As Políticas Públicas de Educação Ambiental

As políticas públicas são as normas que regem nosso país e para educação ambiental não é diferente, desde que começou a ser viabilizada surgiram várias instâncias governamentais e programas nacionais para ajudar na organização do caminho para o seu progresso. Como foi esclarecido anteriormente, no âmbito da educação temos algumas instâncias que normatizam os passos da educação, e nela também da educação ambiental.

No Brasil o processo de institucionalização da educação ambiental teve início no ano de 1973, com a criação do poder executivo da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)

A SEMA estabeleceu, como parte de suas atribuições, “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente”, e foi responsável pela capacitação de recursos humanos e sensibilização inicial da sociedade para as questões ambientais (BRASIL, 2005, p.15)

Foi a SEMA que deu início a inclusão da educação ambiental nos currículos de educação básica no norte e posteriormente se espalhou pelo Brasil, no entanto essa secretaria não existe mais, sendo apenas uma iniciativa para aplicação da educação ambiental na educação.

Outro passo na institucionalização foi dada com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu a inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino para que a comunidade tivesse conhecimento do tema, pois assim teria noção de cuidar do seus bens e deles mesmos, uma fato notável da educação ambiental, foi no ano da criação da Constituição Federal que as primeiras práticas começaram a ser exercidas isso aconteceu por meio da Rede Paulista de Educação Ambiental e da Rede Capixaba de Educação Ambiental, logo em seguida graças ao II Fórum de educação ambiental, surgiram as redes que debatia o tema em todo o Brasil.

Sobre as políticas públicas o documento mais atual e quem tem destaque é o PRONEA- Programa Nacional de educação Ambiental, que tem como finalidade a criação de estratégias para o desenvolvimento da educação ambiental em âmbito nacional, os projetos por ele criado serve como base tendo a comunidade se precisa modificar de acordo com a realidade vivida.

Considerando-se a educação ambiental como um dos instrumentos fundamentais da gestão ambiental, o PRONEA desempenha um importante

papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão, a construção e a implementação de políticas públicas que possibilitem solucionar questões estruturais, almejando a sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2005, p.34).

No ano de 1999 foi criada pelo o MEC a diretoria do PRONEA, trazendo alguns pontos principais para a nacionalização da educação ambiental com a criação de unidades de informação sobre sua importância, a criação de pólos estaduais que favoreceu a integração do regional, ou seja, assunto daquela região era fiscalizado e posto em prática pelos pólos estaduais, muitos caminhos foram dados para o PRONEA depois deste foram criadas várias instâncias que tem como finalidade, ajudar e manter a educação ambiental viva e trabalhada em todas as áreas, seja ela social, emocional, cultural, econômica ou até mesmo natural. Desta forma, como é posto pelo PRONEA que a educação ambiental tem várias finalidades de desenvolvimento social, buscando o equilíbrio entre esses leques da sociedade. Dessa maneira, as tendências críticas da educação ambiental apostam no potencial de (re) construção ou transformação da realidade e emancipação dos sujeitos envolvidos.

II – ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esse capítulo traz os conceitos de educação ambiental, bem como aborda a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, assim como a técnica utilizada, pra chegar aos resultados expostos no trabalho.

1.1 Conceitualização de Educação Ambiental

O conceito de educação ambiental é abrangente, pois trabalha o lado natural assim como o social, essa concepção está contida em vários documentos regularizadores, o Parâmetro Curricular Nacional mostra que a mesma tem alguns caracteres socioambientais.

A Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, onde cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se inserem. (BRASIL,1996, p.2)

Desta forma, entende-se que trabalhar os conceitos de educação ambiental é também um ato de cidadania e respeito ao próximo e as futuras gerações. Outro documento que também traz conceitualização dessa ideia é a lei 9.795/99

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

A educação ambiental está muito além de representações naturalistas, permeia toda a sociedade trazendo, informação, reflexão e construção de valores, essas construções de valores poderão despertar nos alunos a consciência de cuidado com o meio. Assim como o respeito ao próximo levando-os a pensar nos seus atos sociais e no seu entorno. Segundo Suavé (2005) a educação ambiental não é apenas uma ferramenta para as soluções de problemas, o que o autor chamou de gestão, o trabalho com essa educação é uma forma de interação, que proporciona o desenvolvimento pessoal e posteriormente o social.

[...] a esfera das interações consigo mesmo (lugar de construção da identidade); a esfera de interações com os outros (lugar da construção das

relações com outras pessoas); e, finalmente, a esfera de interações com o meio de vida compartilhado, Oikos, lugar da educação ecológica e da educação econômica, onde se enriquece a significação do ser no mundo mediante as relações [...] (SUAVÉ, 2005, p. 6).

A partir disso, exercer uma educação ambiental é introduzir dinâmicas sociais, capazes de posteriormente despertar a relação do homem com a natureza, de forma que este se sinta como parte integrante do meio ambiente.

Jacobi (2003) demonstra reflexões acesas para com o assunto, designando a educação para cidadania sendo a principal ferramenta para construção do *eu* cidadão, que é capaz de tomar decisões perante a sociedade e sobre sua própria existência.

Entende-se que a educação para a cidadania trata não só da capacidade do indivíduo de exercer os seus direitos nas escolhas e nas decisões políticas, como ainda de assegurar a sua total dignidade nas estruturas sociais (JACOBI, 2003, p.243).

Desta forma, o exercício da educação ambiental para cidadania está desandado para que o indivíduo cumpra seu papel de cidadão de forma coerente e coesa, pensando sempre na melhoria da sua qualidade de vida e de todos que o rodeia. Em suma, desenvolver a educação ambiental nas escolas é compreender que para trabalhar essa vertente, a educação ambiental precisa estabelecer táticas que promovam atitudes críticas civilizatórias sobre uma compreensão complexa da problemática ambiental. A participação dos sujeitos em um ambiente em que seja o que explicita uma ênfase em práticas sociais não centralizadoras, centradas na cooperação entre os atores da sociedade visando à melhoria de todos.

1.2 Metodologia

Ao ver o crescimento desenfreado de situações prejudiciais ao meio ambiente surgem algumas dúvidas, dentre elas: qual o papel da educação formal para minimizar os problemas ambientais no mundo contemporâneo? Quais práticas ambientais os professores utilizam em sala de aula? Antes de tudo, coloca-se em evidência que tratar das questões ambientais é um ato de respeito com o próximo e consigo mesmo. Além disso, por se tratar de uma questão cultural, a educação sendo uma das principais correntes de acesso das crianças ao conhecimento do tema, deve-se trabalhar este desde as séries iniciais, de maneira que carreguem até a fase adulta a consciência ambiental, sendo assim:

A educação ambiental é essencial em todos os níveis dos processos educativos e em especial nos anos iniciais da escolarização, já que é mais fácil conscientizar as crianças sobre as questões ambientais do que os adultos (MEDEIROS, MENDONÇA, SOUSA, OLIVEIRA, 2011, p. 2).

Nesse sentido, “entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental”. (JACOBI, 2003, p. 191). É notório que a atual sociedade ainda carrega o modelo de educação tradicional que evidencia apenas as disciplinas vistas como necessárias e que ao trabalho com a educação ambiental é dificultado por causa desses entraves, pois a:

Inserção da Educação Ambiental na escola há entraves, e estes têm as mais variadas causas. Alguns provêm do próprio sistema educacional com seu tradicionalismo demarcado por uma visão cartesiana disciplinarizada, disjuntiva e “bancária” (FREIRE, 2005, p. 2).

Diante do exposto, estão os professores do ensino fundamental I de Delmiro Gouveia-AL, preparados e cientes para exercer a educação ambiental voltada para as questões socioambientais? Quais dificuldades são postas por estes para o trabalho desse tema?

Evidenciando a cidadania e o respeito ao próximo, já que, cuidando do meio ambiente estamos cuidando e respeitando o próximo, as futuras gerações e a nós. Essa vertente é importante para a vida de todos e para a ressignificação da sociedade em se tratando do sentido socioambiental.

A pesquisa foi realizada em dois momentos, o primeiro extremamente de cunho bibliográfico/documental, Segundo Gil (2002, p.44)

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

A pesquisa bibliográfica tem grande ligação com exploratória, assim como, com a documental, sendo esta, delineada a partir do arcabouço literário construído sobre a temática. Condescendo com Gil (2002) a diferença entre as duas está no sentido que na análise bibliográfica é analisado algo que já foi estudado por outras pessoas em quanto o documental, analisa as fontes primarias como leis e normas.

No Segundo momento, para maior aprofundamento, foi realizada uma pesquisa explanatória, na qual aconteceu uma entrevista com professores das séries iniciais do município de Delmiro Gouveia-AL. Como apresenta Gil (2002, p.41):

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A técnica utilizada para a obtenção do resultado foi uma entrevista através de um roteiro estruturado com perguntas abertas segundo Gil (2002)

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação (GIL, 2002, p.109)

O autor ainda acrescenta que,

A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil 2002, p.109).

Assim, o autor acima reflete que a entrevista é uma técnica importante e muito utilizada nas pesquisas sociais, pois leva o pesquisador mais perto da realidade do pesquisado.

1.3 Conhecendo os Sujeitos Pesquisados

Participaram da pesquisa 25 professores de 5 escolas publicas municipais distintas e de ano diferente como se pode observar no quadro abaixo. Os anos lecionados pelos entrevistados variam de 1 ano recém-formados até 26 anos. Para melhor entendimento das repostas e preservação da identidade dos entrevistados enumeramos cada um do número 1 ao 25.

Quadro 1 - Demonstrativo da experiência dos entrevistados e o ano letivo que lecionam

Professores entrevistados	Tempo de sala de aula	Ano letivo que leciona	Formação
Professora 1	18 anos	3 ° ano	Pedagogia
Professora 2	10 anos	2° ano	Pedagogia

Professora 3	5 anos	1 ° ano	Pedagogia
Professora 4	16 anos	4 ° ano	Pedagogia
Professora 5	20 anos	5° ano	Pós- graduada
Professora 6	20 anos	2 ° ano	Pedagogia
Professora 7	20 anos	3 ° ano	Pedagogia
Professora 8	1 ano	4° ano	Pedagogia cursando
Professora 9	26 anos	3° ano	Pós- graduada
Professor 10	4 anos	5° ano	Pós- graduado em matemática
Professora 11	25 anos	1° ano	Pedagogia
Professora 12	23 anos	3° ano	Pedagogia
Professora 13	20 anos	1° ano	Pedagogia
Professora 14	11 anos	1° ano	Pedagogia
Professora 15	10 anos	2° ano	Pedagogia
Professora 16	20 anos	4° ano	Pós- graduada
Professora 17	13 anos	2 ° ano	Pedagogia
Professora 18	10 anos	1° ano	Pedagogia
Professora 19	20 anos	2° ano	Pedagogia cursando
Professora 20	20 anos	4° ano	Pedagogia
Professora 21	1 ano	1° ano	Pedagogia cursando
Professora 22	25 anos	3° ano	Pós- graduada
Professora 23	7 anos	5° ano	Pedagogia
Professora 24	9 anos	4° ano	Pós- graduada
Professora 25	10 anos	2° ano	Pedagogia

A escolha de professores com diferentes níveis de experiência e nível de ensino ocorreu para que pudéssemos observar se as práticas desses docentes são corriqueiras no decorrer da sua experiência em sala de aula e nível de ensino, desta forma podemos defrontar a teoria estudada com a prática que exercem sobre o tema educação ambiental, assim como se as leis estão sendo respeitadas.

Como foi supracitado e é possível notar que os anos de atividade docente variam de 1 ano até 26 anos. Segundo Libâneo e Pimenta (1999, p.256)

Diferentemente das demais ciências da educação, a pedagogia é ciência da prática. (...) Ela não se constrói como discurso sobre a educação, mas a partir da prática dos educadores tomada como referência para a construção de saberes, no confronto com os saberes teóricos. (...) O objeto/problema da pedagogia é a educação enquanto prática social. Daí seu caráter específico que a diferencia das demais (ciências da educação), que é o de uma ciência prática – parte da prática e a ela se dirige. A problemática educativa e sua superação constituem o ponto central de referência para a investigação.

O saber docente é construído em dois momentos como se pode notar nas colocações dos atores supracitados. O primeiro é através da teoria e o segundo o confronto de teoria com a prática, sendo a vivência em sala de aula muito importante para o enriquecimento das estratégias dos docentes. Cunha (2007, p.4), ajuda a pensar na ideia esclarecendo que:

O professor é um profissional que detém saberes de variadas matizes sobre a educação e tem como função principal educar crianças, jovens e adultos. Por isso, o ‘saber profissional’ que orienta a atividade do professor insere-se na multiplicidade própria do trabalho dos profissionais que atuam em diferentes situações e que, portanto, precisam agir de forma diferenciada, mobilizando diferentes teorias, metodologias, habilidades. Dessa forma, o ‘saber profissional’ dos professores é constituído não por um ‘saber específico’, mas por vários ‘saberes’ de diferentes matizes, de diferentes origens, aí incluídos, também, o ‘saber-fazer’ e o saber da experiência.

Através das colocações citadas tende-se a compreensão que o processo da construção do saber docente e das diversas habilidades que os professores carregam, diz respeito a todo o processo na qual foi inserido no decorrer da sua vida seja acadêmica ou mesmo na própria prática.

1.4 Descrição do Campo de Estudo

O estudo de campo explanatório para obtenção do resultado aconteceu na cidade de Delmiro Gouveia entre os dias 15/12/2017 à 15/02/2018. A referida cidade está localizada no sertão alagoano, seu território é de 70.811 km. De acordo com o último censo demográfico (2016), sua população compreende 52.306 habitantes.

Este estudo foi realizado em 5 escolas municipais situadas na zona urbana, nomeadas de escola 1 a 5: A escola 1, atende 1.275 alunos no ensino fundamental (1º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos, nos turnos matutino, vespertino e noturno e ao todo tem 40 docentes na instituição. A escola 2 compreende 472 alunos do ensino fundamental (1º ao 9º

ano), nos turnos matutino e vespertino e ao todo tem 20 docentes na instituição. A escola 3 integra 438 alunos no ensino fundamental (1º ao 9º ano), nos turnos matutino e vespertino e ao todo tem 20 docentes na instituição. A escola 4, possui 142 no ensino infantil e ensino fundamental (pré-escola ao 5º ano), nos turnos matutino, vespertino e noturno e ao todo tem 14 docentes na instituição. A escola 5, possui 1.320 alunos no ensino fundamental (1º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos, nos turnos matutino, vespertino e noturno e ao todo tem 66 docentes na instituição

O planejamento da pesquisa ocorreu da seguinte forma: foi solicitada a autorização de cada gestor para que pudessemos realizar a pesquisa com os docentes da escola se estes aceitassem participar da entrevista, que poderia ser realizada em sala de aula ou no local escolhido pelos docentes. Ao pedir autorização para realizar a entrevista muitos docentes se negaram a gravar, então o pesquisador se propôs a escrever o que eles falavam. Das 8 escolas urbanas do município apenas 5 deixaram que entrevistássemos seus professores as outras criaram algum tipo de empecilho no qual queriam que a pesquisadora deixasse apenas roteiro estruturado.

A pesquisa foi realizada com 25 professores, o critério estabelecido foi que os entrevistados lecionassem do 1º até o 5º ano, sendo que cada escola teria que ter um professor de cada ano entrevistado. Para melhor organização do trabalho a pesquisadora visitou as escolas em um dia, agendando a entrevista para o dia posterior ou mesmo quando o docente estivesse em planejamento educacional. A entrevista foi baseada de um roteiro estruturado, ou seja, com perguntas subjetivas para que os docentes pudessem se expressar melhor.

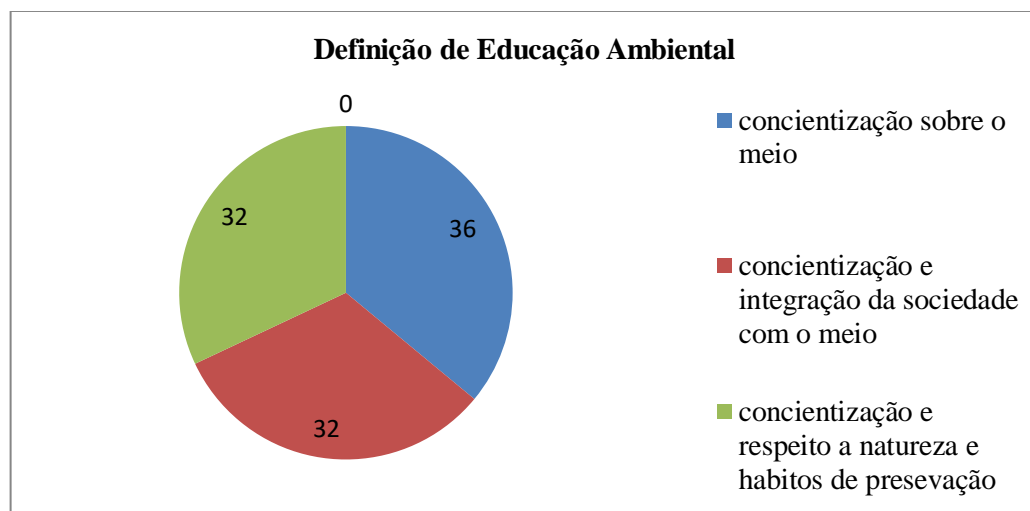
III - EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM DELMIRO GOUVEIA: UMA ANÁLISE ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Este capítulo aborda os dados e a análise da pesquisa explanatória no município de Delmiro Gouveia em um diálogo com a teoria de alguns autores. Para melhor entendimento dividimos os dados coletados, em 4 categorias, a saber: 1) Definição educação ambiental, 2) Normas de Formação de professores para atuar na educação ambiental: o que dizem os professores, 3) Ensino e currículo em educação ambiental, 4) Dificuldade enfrentadas para desenvolver a educação ambiental.

3.1 Categoria 1- Definição de Educação Ambiental

Essa categoria aborda qual visão de educação ambiental os pesquisados carregam, e se através da sua visão, os discentes poderão tornarem-se agentes de transformação e sujeitos da sua história.

Figura gráfica 1



Fonte: Costa, Mariza Pereira (2018)

A educação ambiental tem várias perspectivas, no entanto ao longo dos anos e por causa de aparatos históricos as pessoas foram naturalizando-a, ou seja, levando a visão de meio ambiente como sendo apenas o natural, mas essa concepção meramente naturalista foi se abrangendo, pois o meio ambiente é tudo que está inserido no ambiente onde vivemos Brancalione (2016).

Educação Ambiental é um processo que teoricamente consiste em proporcionar uma compreensão de forma crítica, em um ambiente global, que de certa forma vem para desenvolver atitudes, como uma posição consciente e participativa, os valores que são dados em questões que se relacionam com a conservação dos recursos naturais, para poder dar uma melhor qualidade de vida para todos. (BRANCALIONE,2016,p. 2)

Suavé (1994) caracteriza alguns olhares diferentes para a educação ambiental e meio ambiente.

Quadro 2 - A tipologia das concepções sobre o Meio Ambiente na Educação Ambiental

Ambiente	Relação	Características
Como natureza	Para ser apreciado e preservado	Natureza como catedral, ou como um útero, pura e original
Como recurso	Para ser gerenciado	Herança biofísica coletiva, qualidade de vida
Como problema	Para ser resolvido	Ênfase na poluição, deteriorização e ameaças
Como lugar para viver	EA para, sobre e no para cuidar do ambiente	A natureza com os seus componentes sociais, históricos e tecnológicos
Como biosfera	Como local para ser dividido	Espaçonave Terra, "Gaia", a interdependência dos seres vivos com os inanimados
Como projeto comunitário	Para ser envolvido	A natureza com foco na análise crítica, na participação política da comunidade

Fonte: SAUVÉ, 1994, p. 4

Martins (2009, p.5) esclarece que não existe uma visão uniforme de educação ambiental, esta tem várias formas de ser vista, mas que sobre tudo temos que entender “como uma forma de vida que irá auxiliar o indivíduo a viver com todos os sistemas naturais que o cercam”.

Partindo dessas colocações acima, vejamos o que dizem os professores sobre o que é educação ambiental e em qual visão se encaixa, por meio do gráfico percebe-se que grande maioria de uma forma ou de outra associou a educação ambiental como forma de conscientização sobre o meio onde vivemos, porém de forma diferente 36% associou educação ambiental como forma apenas de conscientização sobre o meio ambiente e seus recursos naturais, vejamos as falas dos docentes:

“Educação ambiental é estudar o meio ambiente como planta, água, reciclagem” (Professora 8)

“É educar a população conscientizando-os da necessidade de preservar a natureza visando o equilíbrio do ecossistema” (professora 11)

Como podemos notar essas duas afirmativas descrevem a visão de educação ambiental como o estudo da natureza sem considerar que fazemos parte desse ambiente, para Suavé (2005, p.317)

Deram-se conta de que o meio ambiente não é simplesmente um objeto de estudo ou um tema a ser tratado entre tantos outros; nem que é algo a que nos obriga um desenvolvimento que desejamos seja sustentável.

Entende-se que ao longo dos anos que a visão naturalista foi se modificando, todavia na atualidade ainda carregamos esse enfoque, principalmente pelos professores.

Uma da segunda visão mais pronunciadas do meio ambiente é a de natureza, no entanto uma natureza que devemos cuidar e sendo ela responsável por nossas vidas segundo Brancalione (2016, p.3)

A abordagem pode ainda ser vista apenas como a transmissão de conhecimento na área científica e mera conservação da natureza, é preciso levar em conta aspectos políticos, socioeconômicos, e culturais para que realmente possa ser percebida como Educação Ambiental.

Por meio da entrevista podemos notar que alguns desses professores ainda carregam esse tipo de visão da educação ambiental, como que, apenas temos que cuidar na natureza e de suas belezas. Vejamos alguns exemplos

“A educação ambiental prepara o individuo para respeitar a natureza a vida em si é importante porque a natureza é responsável por tudo que acontece de bom e de ruim no planeta” (Professora 7)

“É a parte da educação responsável em formar indivíduos preocupados com a preservação do ambiente” (Professora 12)

Outra perspectiva que podemos observar nas respostas dos docentes é essa visão de educação ambiental como um processo inteiro, ou seja, um processo no qual engloba a sociedade como parte desse meio ambiente, essa visão pode ser observada na perspectiva do quadro de Suavé (2005) na qual aponta a educação ambiental como uma construção coletiva e fundamental que está voltada para o desenvolvimento do social e pessoal. A política nacional de educação ambiental na sua lei nº 9795/1999, art. 1º acentua essa colocação, para a lei educação ambiental é:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p.1).

Baseando-se essas afirmativas cerca de 32% dos professores associaram a educação ambiental como transformação da realidade. Porém não deixando de considerá-la como também o natural.

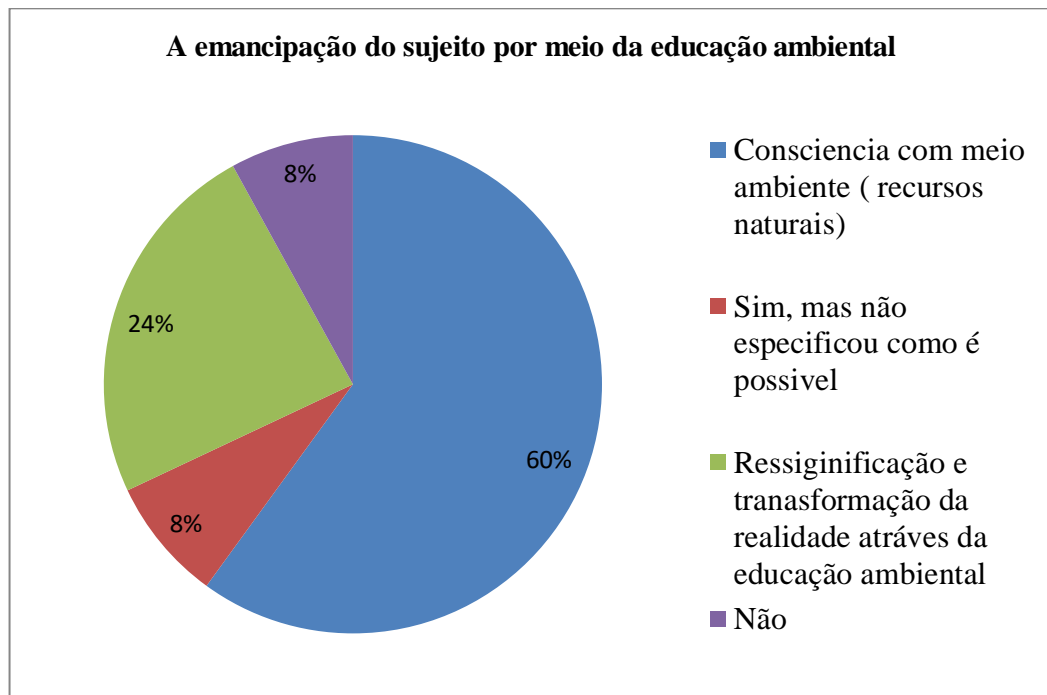
“E a educação voltada para relação humano-natureza, esse tipo de relação se faz necessário para o desenvolvimento de valores sociais, para conscientização quanto às questões ambientais: impactos, preservação, levando em consideração que os recursos naturais não são inesgotáveis”.
(Professor 10)

“A educação ambiental é uma das formas primordiais de apresentar a sociedade para natureza levando em conta que fazemos parte dela”
(Professora 24).

Através dessas respostas podemos notar que o olhar sobre a educação ambiental está se modificando ao longo dos anos. Os indivíduos estão se abrindo para mais opiniões sobre o assunto.

Ainda seguindo a perspectiva de educação ambiental como o inteiro, capaz de transformar o social, desta forma foi analisando se através da educação ambiental, as crianças, futuros adultos podem começar a serem sujeito de transformação da sociedade. O gráfico abaixo está relacionado a essas afirmativas. Vejamos

Figura gráfica 2



Fonte: Costa, Mariza Pereira (2018)

Como pontua a LDB/1996, segundo o capítulo III

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p.8).

Acrescentando variáveis que podem e devem ser tomadas para educação ambiental

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
 (BRASIL, 1996, p.8).

Trabalhar o tema educação ambiental está ligado à emancipação do sujeito pensante, sendo o docente responsável pelo incentivo para que os discentes desenvolvam hipóteses e assim possam se tornar sujeitos capazes de se defrontarem com fatos da realidade que os rodeiam. Pode-se notar através das colocações que a visão de emancipação do sujeito é focada na conscientização sobre a natureza e seus recursos naturais.

“Pode sim, com certeza sobre o meio ambiente, da natureza, pois hoje sofremos muito com a desarmonia do meio ambiente, isso causa tragédias ambientais como o aquecimento global, a fertilização, por causa da má utilização dos recursos naturais”. (Professor 6)

“Sim, pois por meio dela é que o indivíduo conhece melhor a importância do meio ambiente e como respeitá-lo”. (Professor 8)

De acordo com os PCN’S do tema transversal da educação ambiental propõem que:

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. (BRASIL, 1998. p.187)

Desta forma, a visão de apenas 24% dos entrevistados contemplam essa realidade, para os professores a educação ambiental pode sim modificar o sujeito sobre a realidade que o cerca, podendo transformá-lo em cidadão consciente e crítico.

“Pode sim levar a emancipação. A educação é um processo de emancipação humana; quanto mais conhecimento, maior será seu poder de transformação de sua realidade. Quando o homem se percebe como parte da natureza, acabará com essa relação utilitária que tem com a mesma, tornando-se assim emancipado e livre das amarras que o aprisiona”. (Professora 25)

“Com certeza, pois levará o aprendizado da educação ambiental para o resto da vida, isso posteriormente ira transforma-lós em cidadão”. (Professora 4)

Podemos também observar que 8% responderam *não* e outros 8% responderam *sim*, porém não souberam explicar como ou até mesmo por que a educação ambiental é importante para a formação do sujeito emancipado. Isso pode se dá através do reflexo naturalista existente na educação ambiental.

Segundo Medeiros, Mendonça, Sousa e Oliveira (2011) educação ambiental tem que contribuir para formação de sujeitos consciente aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar, para isso a escola deve:

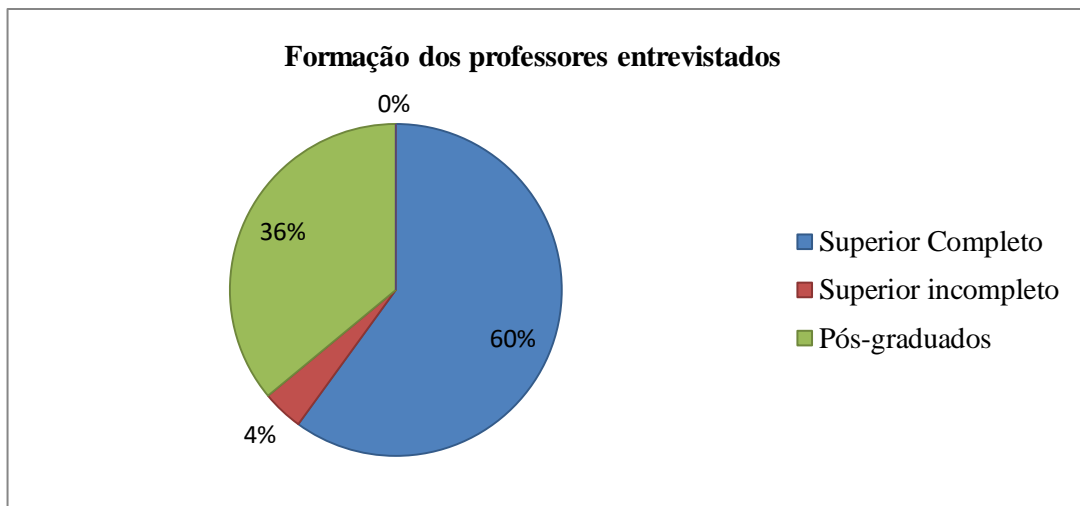
[...] se disponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores e com mais ações práticas do que teóricas para que o aluno possa aprender a amar, respeitar e praticar ações voltadas à conservação ambiental (MEDEIROS, MENDONÇA, SOUSA, OLIVEIRA, 2011, p.2).

A escola é o lugar onde o aluno tem que aprender a respeitar os valores e a singularidade de cada uma, e construir sua identidade. A educação ambiental trabalhada corretamente tem a possibilidade de promover essas proezas aos indivíduos, para que eles venham a refletir de forma consciente qual seu papel para ajudar o meio onde vive.

3.2 Categoria 2- Normas de Formação de professores para atuar na educação ambiental: o que dizem os professores

Essa categoria traz a formação dos professores entrevistados, e os conhecimentos que possuem sobre especialização em educação ambiental, levando em conta que a educação ambiental deve ser incluída em todos os níveis de ensino (BRASIL, 1999).

Figura gráfica 3



Fonte: Costa, Mariza Pereira (2018)

Segundo Bonotto (2006) a formação dos professores é um assunto muito debatido ao longo dos anos, isso porque o cenário de educação se transformou e o professor evoluiu ideologicamente, passou de empregador de técnica para preparar o aluno para o mercado fabril, hoje em dia os docentes tem a posição de serem críticos e reflexivos para criar cidadãos responsáveis pelas sua prática, na atualidade a LDB esclarece no Art. 62 que

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996, p.41).

De acordo com a LDB para ser um profissional da educação infantil e das séries iniciais é preciso ter no mínimo o ensino médio normal. Desta forma podemos observar no gráfico da pagina anterior que 60% dos entrevistados possuem algum tipo de graduação, 36% fizeram algum tipo de especialização e 4% ainda está realizando sua graduação.

Compartilho com a ideia de Reis (2003, p.5) quando esclarece que todos os profissionais da educação têm que estarem preparados:

Professores e funcionários das escolas precisam estar capacitados para interagir no processo de construção de cidadãos que saibam exercer sua cidadania. Preparar os educadores é preparar as novas gerações para agir com responsabilidade e sensibilidade, para recuperar o ambiente saudável no presente e preservá-lo para o futuro.

Nesse sentido e por meio das respostas colhidas podemos afirmar que os docentes estão tentando se especializarem e se manterem informados. A colocação de Reis (2003) nos remete a pensar que a educação não é feita apenas pelo docente, mas por todos os segmentos da escola. Sendo assim para atuar na educação ambiental não precisa ter nenhuma formação na área.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

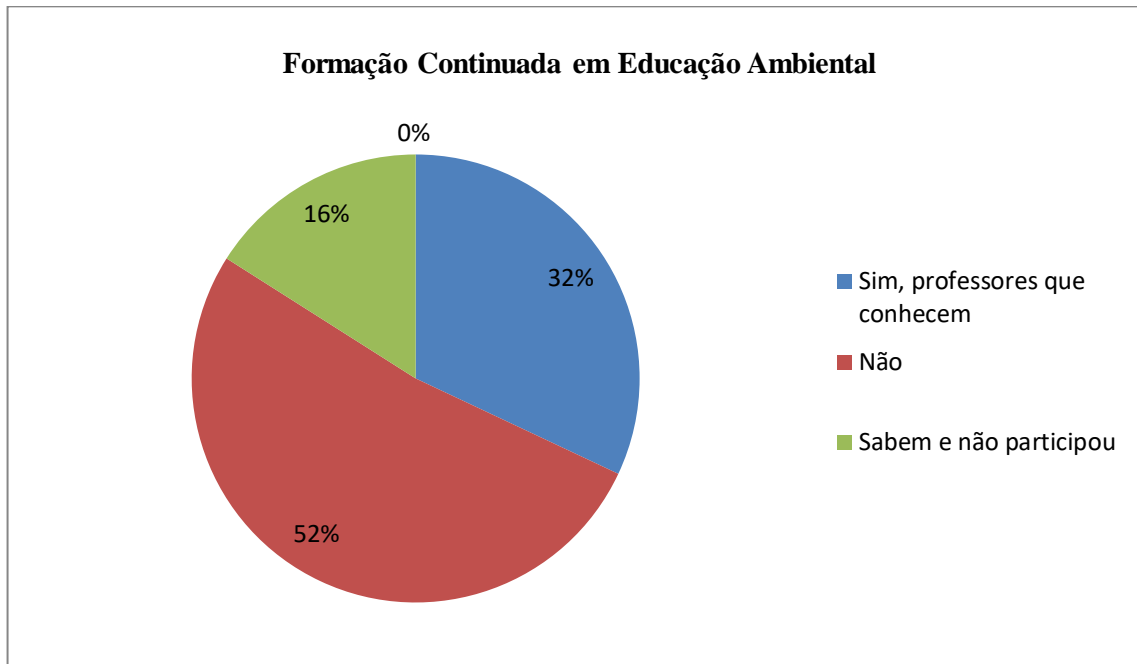
§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. (BRASIL, 1999, p.3)

O educador para trabalhar a educação ambiental deve apenas ter “bom senso” de empregá-las em todas as disciplinas, isso pode acontecer ou não, para que isso se realize o educador deve está inteirado nos assuntos desse tema. Sendo assim o gráfico seguir demonstra o conhecimento destes acerca da existência de algum tipo de especialização na área de educação ambiental no município pesquisado, pois a especialização ou formação continuada

Auxiliam os professores a melhorar o seu desempenho profissional e pessoal. As atividades de formação continuada compreendem a participação na gestão da escola, nas reuniões pedagógicas, nos grupos de estudo, nas trocas de ideias sobre o trabalho. (LIBÂNEO, 2005 *apud* TAVARES; FRANÇA, 2006, p. 117).

Vejamos a visão dos pesquisados sobre a formação continuada em educação ambiental na cidade

Figura gráfica 4



Fonte: Costa, Mariza Pereira (2018)

Através do gráfico podemos notar que 52% dos entrevistados, não tem nenhum conhecimento nem formação na área de educação ambiental, 32% apresentam algum tipo de formação, no entanto sem ser especialização são cursos oferecidos pela prefeitura ou SEBRAI, 16% dos entrevistados sabem do curso, mas não participaram. A lei 9795/99 assegura que a educação ambiental deve ser trabalhada em todos os níveis de ensino, isso significa dizer que a educação ambiental deve ser trabalhada e incentivada desde a educação infantil até especializações, podemos notar nas respostas dos professores que isso que a isenção da educação de maneira transversal não está acontecendo em todos os níveis de ensino não está acontecendo, vejamos a seguir:

“Não, no momento não sei”. (Professora 3)

“Sim, teve uma formação do PENAIC na disciplina de ciência, porém seria necessário trabalhar mais os temas transversais”. (Professora 21)

“Sim, do SEBRAI que contemplou algumas escolas” (Professora 19)

A formação continuada é assegurada por LDB9396/96 assegura no seu capítulo VI,art. 63º que,

Os institutos superiores de educação manterão:

III programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 67º. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

V período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; (BRASIL, 1996, p 41).

No município investigado podemos notar pelo discurso dos professores que existe algum tipo de formação continuada. Porém que na área ambiental são poucos os incentivos, isso faz com que os docentes sintam insegurança em exercer o tema.

Os professores, por desconhecerem a matéria e não estarem preparados para aproveitar as situações cotidianas quanto à educação ambiental, ficam presos ao livro didático sem, muitas vezes, contextualizar à realidade os conteúdos que, na prática, poderiam ser explorados na própria região, valorizando a cultura, a história e as degradações ambientais do município (REI,2003,p.3).

Colaborando com a ideia de Rei (2003) ao falar que muitos professores têm materiais para uma boa aula, no entanto ficam fundados apenas no livro didático, essa situação poderia ser evitada se todos tivessem algum tipo de especialização na área, pois é através deste encontro com a teoria que os professores poderão afunilar e buscar melhorias em suas práticas.

3.3 Categoria 3- Ensino e Currículo em Educação Ambiental

O processo de educação é algo intrínseco do ser humano, é sabido que todos os processos no meio onde a criança está inserida é de grande importância para seu desenvolvimento cognitivo, tendo em vista isso a lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996 coloca a educação explica que:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p.1).

É notório, que ao criar as leis que rege as instâncias educacionais, teve-se a preocupação de esclarecer que a ação de educar não está exclusivamente ligada as instituições

de ensino, mas que todo ato social é uma forma de educação. Sendo assim a educação ambiental tem grande possibilidade de se desenvolver, seja de modo formal ou informal, levando em conta que a educação ambiental foi posta como temas transversais, ou seja, por ser assunto social que envolve todos da sociedade e precisamente o futuro dos próximos:

Por serem questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. (BRASIL, 1998, p.26).

Esses processos sociais que nas instituições de ensino tornaram-se transversais têm o papel de manter as crianças agentes da sociedade, pessoas pensantes acerca da realidade que o rodeiam para que em um futuro próximo possam ocorrer a mudança dessas realidades indesejada.

Partindo do papel da educação acima esclarecido a educação ambiental na sua forma crítica tem várias aberturas para serem trabalhadas. Crítica, pois não diz respeito apenas o natural como antigamente era pensada atualmente tem uma amplitude que deve ser trabalhada na educação Valenti, Oliveira, Dodono e Silva (2012,p. 4) afirmam que:

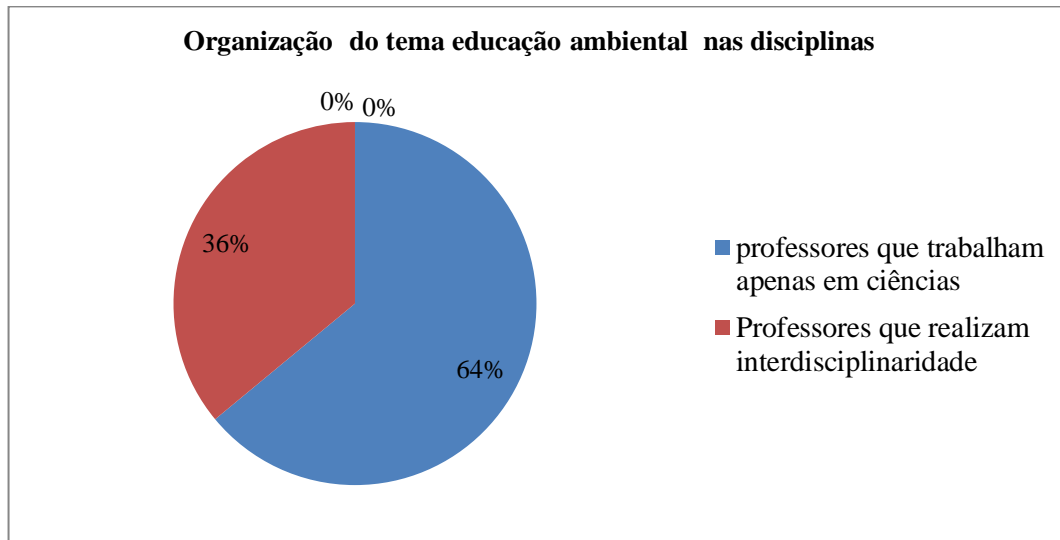
Todas as abordagens da educação ambiental comumente tratadas como críticas se aproximam na medida em que se contrapõem às abordagens comportamentalistas e reducionistas, propondo alternativas teórico-metodológicas que incluem a valorização de diferentes tipos de saber, das contextualizações histórica, social, política, cultural e econômica das questões ambientais e valorização do diálogo e da participação democrática dos sujeitos envolvidos na ação educativa.

As ações de educação ambiental críticas devem ser trabalhada em espaço escolar, já que falar de meio ambiente diz respeito a tudo o que está no meio, inclusive respeito ao próximo a si mesmo, como também respeito ao natural, emocional, vários assuntos podem ser trabalhados, pois a temas é muito abrangente , no entanto para desenvolver esse trabalho as unidades de ensino tem que está preparada e elabora um currículo que tenha abertura para isso, segundo Torales(2013, p.3)

[...] um dos primeiros debates que surgiram, em relação à incorporação da Educação Ambiental nos currículos escolares, foi à forma e o modelo pelos quais esse processo se efetivaria [...] destacando três fundamentalmente: o interdisciplinar, o multidisciplinar e o transversal.

A educação ambiental como fundamento transversal interdisciplinar tem que ser trabalhada em todas as disciplinas, diante disto os pesquisados responderam sobre o ensino e currículo as seguintes afirmações

Figura gráfica 5



Fonte: Costa, Mariza Pereira (2018)

De acordo com as respostas dos professores, 36% relacionam a interdisciplinaridade com o trabalho feito na disciplina de ciências e 64% destas, afirmam realizar a interdisciplinaridade, mas não especificam como a faz. Observamos:

“Articulava antigamente quando trabalhava as disciplinas, agora trabalho apenas em ciências”. (Professora 1)

“Tentamos colocar em outras disciplinas, mas é trabalhando de verdade em ciências, como o dia da árvore, água sempre era feito, porém, esse ano por causa que está atrasado não fizemos nada disso” (Professora 6)

Segundo Reis (2003)

A educação ambiental deve reorientar e articular diversas disciplinas e experiências educativas que facilitem a visão integrada do meio ambiente, proporcionando, vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade. (Reis, 2003.p 1).

Com as falas dos docentes e a reflexão feita pelo autor, fica evidente que não existe interdisciplinaridade, por ser estudado o tema, apenas em uma disciplina (ciências) e segundo

o autor as experiências educativas facilitam a integração e o estudo fica processual para os estudantes.

“Ela é empregada diariamente, como forma de conscientização com o próprio corpo e os cuidados que precisamos”. (Professor 7)

“Era para ser em todas as disciplinas, porém emprego em Educação física, arte, ciências e geografia”. (Professor 23)

Percebe-se que os docentes estão falando da interdisciplinaridade escolar. Segundo Fazenda (2008) a interdisciplinaridade só acontece quando há estudo de um mesmo objeto em duas ou mais disciplinas.

A pesquisa interdisciplinar somente torna-se possível onde várias disciplinas se reúnem a partir de um mesmo objeto, porém é necessário criar-se uma situação-problema no sentido de Freire (1974), onde a ideia de projeto nasce da consciência comum, da fé dos investigadores no reconhecimento da complexidade do mesmo e na disponibilidade destes em redefinir o projeto a cada dúvida ou a cada resposta encontrada. Neste caso, convergir não no sentido de uma resposta final, mas para a pesquisa do sentido da pergunta inicialmente enunciada (FAZENDA, 2008, p.22).

Compreende-se, segundo a autora acima, que a interdisciplinaridade acontece a partir de um estudo de certo objeto, mas que não se esgota por isso e sim pela proporção que tem, ou seja, não é necessário buscar uma resposta final, mas sim questionamentos que ajudem o estudante a refletir sobre o assunto e o caso da educação ambiental, não basta está relacionado ou feito em junção de disciplinas, se não for para o enriquecimento do estudante, desta forma a resolução CEB nº 2, de 7 de abril de 1998⁴ no seu Art. 3º esclarece que os princípios do ensino fundamental I é:

I - As escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas: a) os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; b) os princípios dos Direitos e Deveres da Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; c) os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 1998, p, 1)

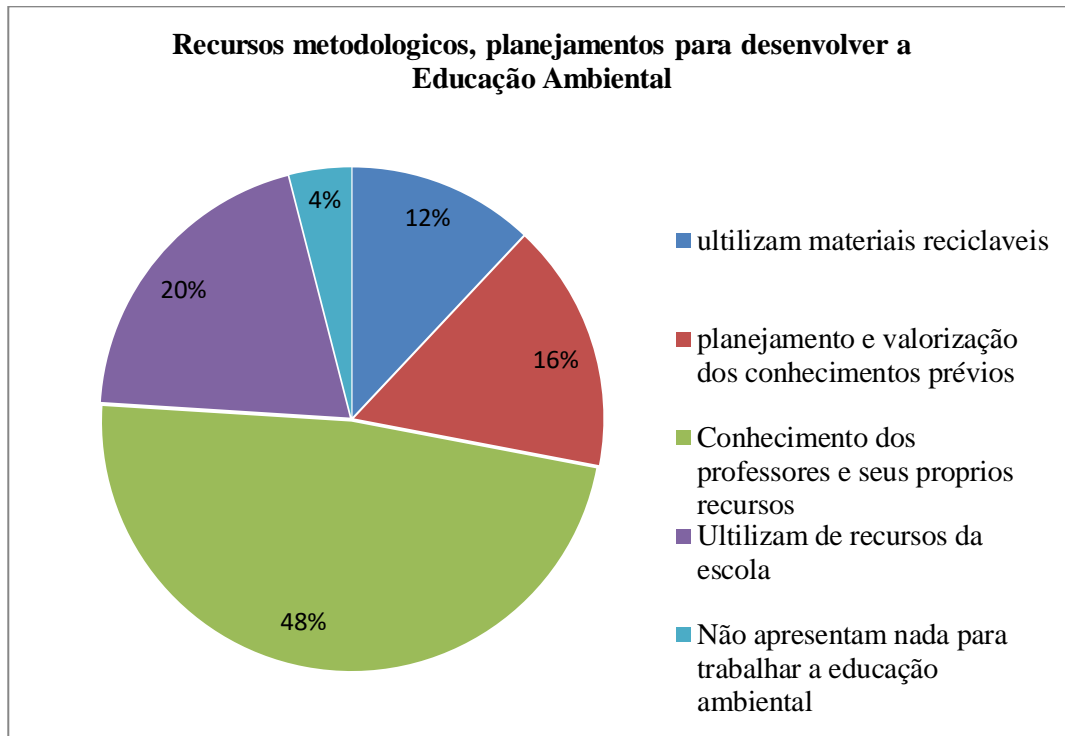
⁴ Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

Desta forma o trabalho do tema está inserido em vários documentos constitucionais, sendo o docente responsável por exercer a função de que venha a supri os princípios acima postos. Os recursos metodológicos assim como os planejamentos e a criação de um currículo são de suma importância para o melhor desenvolvimento e engajamento dos alunos nas aulas segundo Soares (2003)

A Constituição Brasileira, de 1988, incorporou em seu texto a Educação Ambiental, conforme o Art. 225, ressaltando a qualidade de vida como integrante da própria cidadania. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam a questão ambiental como um dos temas transversais do currículo do Ensino Fundamental, mas a sua efetivação no cotidiano escolar ainda deixa muito a desejar e, em muitos casos, tem se limitado a ações isoladas e/ou a entendimentos parcializados sobre a questão ambiental, orientados por uma visão excessivamente biologizada, dentro de uma vertente ecológico-preservacionista, e/ou fica restrita a eventos comemorativos (dia da árvore, dia do meio ambiente), ou ainda limitada à realização de algumas atividades práticas, denominadas extra-curriculares, eventuais (campanha do lixo, coleta para reciclagem, caminhadas ecológicas, visitas, plantio de hortas, etc.), sem a contextualização necessária e sem a internalização sobre o real entendimento da problemática ambiental no cotidiano das comunidades escolares (SOARES, et al, 2003, p.9).

Desse modo entendemos que não é suficiente apenas utilizar-se de recursos sem que ocorra a integração da comunidade nas problemáticas ambientais da escola, usando dessa perspectiva podemos analisar o que os professores colocaram a respeito dos seus recursos e planejamentos, 48% dos entrevistados abordaram que utiliza de recursos próprios onde o conhecimento dele é que colocado na sala de aula e apenas 16% expor que se utilizava dos conhecimentos prévios dos alunos.

Figura gráfica 6



Fonte: Costa, Mariza Pereira (2018)

Vejamos o que apresenta os docentes:

“A escola apresenta alguns materiais, mas o que é imprescindível é o uso de metodologias diversificadas capazes de gerar curiosidade e participação dos alunos” (Professor 10)

“Em sala de aula se torna mais fácil, por que eu posso usar meu planejamento a favor, um exemplo bem básico é deixar as crianças se expor e assim falar seus conhecimentos prévios, para assim iniciar a dinâmica, elaboro também trabalhos práticos como amostragem dos recursos naturais, culturais e sociais”. (Professora 21)

Através dos discursos dos professores acima, podemos notar que os mesmos estão interiorizando a comunidade nos projetos, e se envolvendo nos conhecimentos prévios dos alunos, para assim tornar uma educação mais dinâmica, no entanto grande maioria dos entrevistados ainda carrega a ideia que a educação quem faz é o professor tendo eles seus conhecimentos e tendo que passar para os alunos que são meros aprendizes, vejamos alguns exemplos abaixo.

“Mostro para os alunos a importância da conservação dos recursos naturais por meio de aula expositiva”. (Professora 12)

“trago de casa materiais, pesquiso em internet, quando é para exibir filmes eu mesmo alugo com meu dinheiro, pois a escola não oferece nada de diferente para realizar nenhum tipo de aula”. (Professora 9)

“Não, desenvolvi nenhum trabalho a respeito”. (Professora 8)

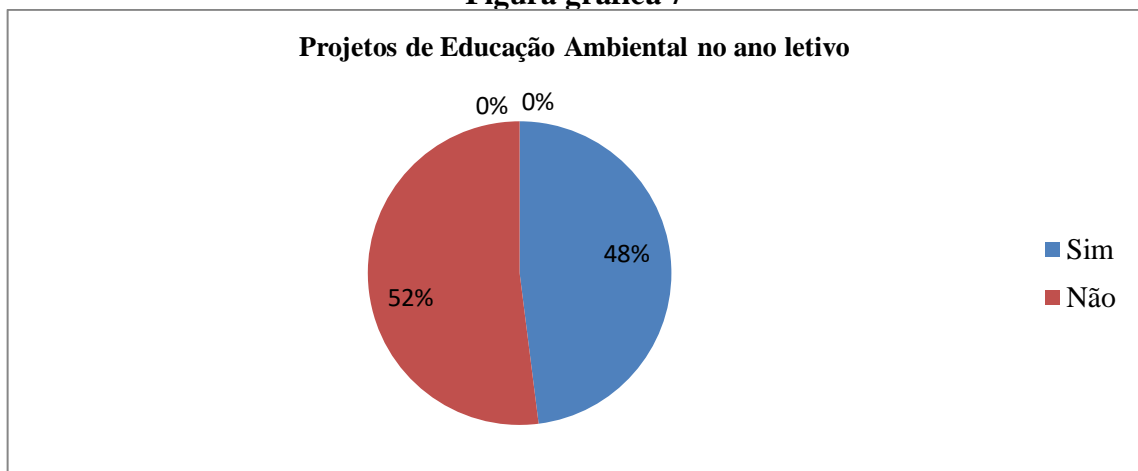
Compartilho com a visão de Dias (2004) ao discorrer que as apresentações de temas de educação têm que dá ênfase em uma perspectiva geral, sendo bastante importante que as atividades sejam organizadas de forma que as estimulem, levando em consideração que as crianças são bastante curiosas e isso ajudará as mesmas na criação de hipóteses e futuramente geraram reflexões sobre seu meio.

Para se trabalhar o tema educação ambiental, os projetos são uma opção bastante interessante, pois os projetos são importantes em todas as áreas da educação, ao se fala de educação ambiental os mesmo são de fundamental importância, pois é através do mesmo que a comunidade poderá entender de forma simultânea e planejada o que realmente é meio ambiente Plicas, Fertoni(2009) esclarece que para chegar a tal resultado é necessário que

Haja um projeto pedagógico coerente, de modo que qualquer programa que tenha como objetivo o desenvolvimento de uma educação ambiental se torne operacional. Pressupomos que a escola é o local onde há condições propícias para o desenvolvimento dessa vertente educacional. (PLICAS, FERTONANI, 2009, p.161)

Os projetos educacionais de educação ambiental podem gerar reflexão tanto no alunado como o entorno escolar, sendo os mesmo uma ferramenta favorável para a mudança de consciência de que a educação ambiental é apenas a natureza, podemos notar nas aloções abaixo que 52% dos entrevistados não realizaram nenhum tipo de projeto voltado para a educação ambiental e quando tem os projetos são voltados para a natureza.

Figura gráfica 7



Fonte: Costa, Mariza Pereira (2018)

Vejamos algumas colocações

“Sim, só com a turma de 1º ano, mas não houve nenhum aviso para as outras turmas participarem ou conhecer o ambiente a horta”. (Professora 21)

“Sim, todos os anos é organizado um projeto sobre meio ambiente, esse ano já aconteceu no início do ano letivo, trabalhamos durante a semana de aula e no final teve a culminância do projeto para todas as turmas”. (Professora 7)

Como podemos perceber a maioria dos projetos do meio ambiente está voltado ao olhar naturalista e ocorre em salas específicas, não sendo aberto para o entorno escola, Segundo Colesanti (1996, p.35)

A educação ambiental é um dos eixos fundamentais para impulsionar os processos de prevenção da deterioração ambiental, do aproveitamento dos direitos dos cidadãos a um ambiente sustentável. Ela implica uma nova concepção do papel da própria escola. A articulação de seus conceitos, métodos, estratégias e objetivos é complexa e ambiciosa: dimensões ecológicas, históricas, culturais, sociais, políticas e econômicas da realidade e a construção de uma sociedade baseada em princípios éticos e de solidariedade.

Colaboramos com a ideia de Colesanti (1996), pois a educação é uma das maiores portas para colocarmos em debate o que realmente a sociedade precisa para se torna melhor, não levando em conta apenas o lado naturalista da educação ambiental.

Cerca de 48% das amostras de entrevistado responderam que não realiza nenhum projeto na área, isso se dar por alguns motivos, podemos perceber nas falas abaixo:

“Não, aqui não tem nenhum projeto” (Professora 19)

“Não, no que se refere a educação do 1º ao 5º anos, o que é uma pena, pois é nas series iniciais que devemos começar a conscientizar essas crianças para que no futuro ela seja jovens e adultos comprometidos com a educação ambiental do nosso planeta”. (Professora 18)

O processo de realização de projetos na educação ambiental é difícil, isso sedá por diversos motivos, pois segundo Suavé (2005, p. 319)

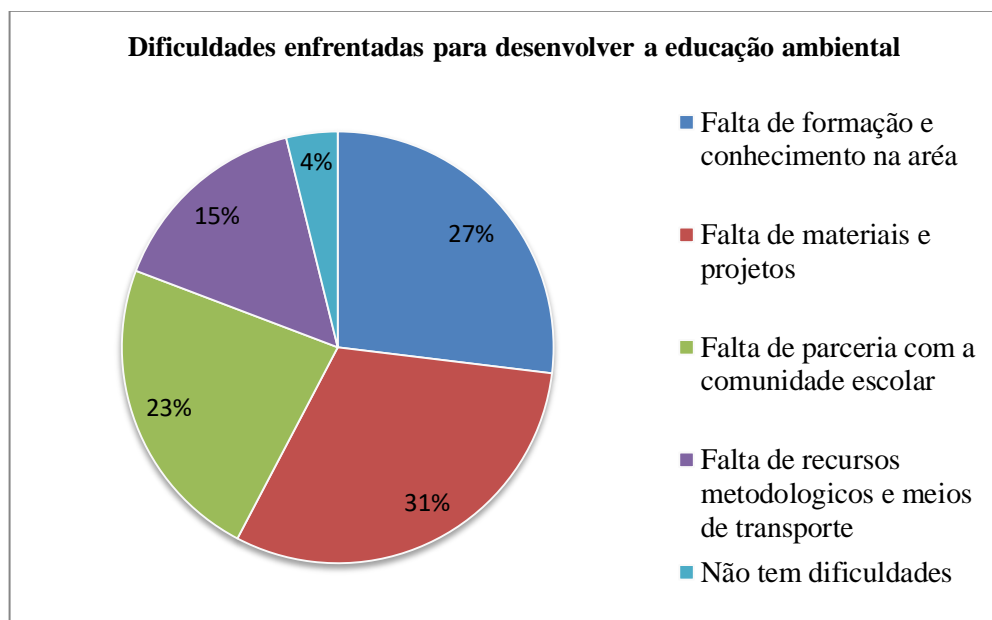
O projeto educativo da educação ambiental é certamente de difícil realização. Ele requer o envolvimento de toda a sociedade educativa: escolas, museus, parques, municipalidades, organismos comunitários, empresas etc.

É perceptível com a colocação de Suavé (2005), que para que possamos realizar uma educação ambiental emancipadora devemos levar em conta o envolvimento de todos os setores sociais, pois é através dessa integração, que a troca de conhecimento enriquecerá a educação.

3.4 Categoria 4 - Dificuldades enfrentadas para desenvolver a Educação Ambiental

Esta categoria aborda algumas das dificuldades expostas pelos professores entrevistados.

Figura gráfica 8



Fonte: Costa, Mariza Pereira (2018)

As dificuldades acima apresentadas vêm mostrar que os problemas das categorias anteriores refletem como ponto negativo, pois é perceptível que todos os problemas já foram debatidos anteriormente como pode ser visto a falta de formação na área, a falta da parceria entre escola e comunidade que é de fundamental importância para se trabalhar projetos, metodologias adequadas que envolvam o desenvolvimento da educação ambiental no seu caráter socioambiental.

Podemos associar as dificuldades pela a falta de conhecimento ou até mesmo a construção de um currículo que abrange a necessidade de ser trabalhar o tema.

São vários os motivos desde formação de professores na área, assim como falta e material as dificuldades são de micro e macro processo, todavia muitas dessas dificuldades estão apenas no imaginário social, ou seja, os professores passando que a educação ambiental é o estudo da natureza e seus recursos naturais

Muitas destas dificuldades são conseqüências de uma visão fragmentada ao longo da formação docente, interferindo na prática ao fazer objeções às rescisões de práticas conservadoras; ressaltando o desejo de mudar. (MARQUES, GONZALEZ, XAVIER, 2011, p.2).

Vejamos alguns exemplos da entrevista

“Todas, não temos recursos e ainda temos pouca informação sobre o assunto”. (Professora 2)

“A questão é o recurso e a direção não ajuda na hora de planejar os projetos”. (Professora 6)

“Não temos capacitação” (Professora 20)

“Algumas vezes falta de material, mas o que mais sentimos falta é do apoio dos pais e do interesse das crianças, muitos vem para escola por causa do bolsa família”. (Professora 7)

As dificuldades para a educação ambiental são várias, sabe-se que trabalhá-la nas escolas não é uma solução para todos os problemas ambientais, mas sim um processo contínuo de aprendizagem e de práticas sociais dotadas da visão crítica dos acontecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se importante fazer uma reflexão pautada na prática de educação ambiental, realizada durante toda a pesquisa, de fato a educação formal é um ponto primordial e necessário no que tange a formação do indivíduo e quando falamos da necessidade de compreender a educação ambiental e como é vista e entendida por educadores, fica melhor de discutir e gerar reflexões do que se precisa melhorar, enquanto uma forma de conhecimento que ajuda a sociedade a viver melhor, valorizando a diversidade.

Por meio da pesquisa foi possível notar que a grande maioria dos entrevistados ainda carrega a noção de meio ambiente como sendo apenas a natureza que nós rodeiam, sem levar em conta que também somos parte desse meio e que, sobretudo temos que ter uma contribuição e inter-relação como o meio onde vivemos, como vimos muitos autores defende a ideia de educação ambiental como todos os acontecimentos que permeia a relação social e de interação com o meio e a comunidade onde estamos inseridos. Como pode ser observado anteriormente na categoria definição de educação ambiental alguns professores tem essa visão mais heterogênia de educação ambiental, isso se dá pela formação dos mesmos ou até seus cursos extras, sendo esse aspecto positivo para a evolução desse tipo de educação.

O nosso objetivo de analisar como se dava a prática dessa educação, nos remete a pensar na educação de forma geral, surgindo à indagação, será que realmente as escolas estão cumprindo seu papel de tornar o sujeito crítico e reflexivo sobre o que está acontecendo ao seu redor ou a educação está apenas se utilizando de técnicas para executar certas atividades para tornar futuros operários.

Por esse motivo, a educação ambiental como tema transversal deveria ser executada corretamente, para assim, tornar, realmente cidadãos pensantes sobre o que está acontecendo a sua volta. Através da análise foi possível notar que a educação ambiental está sendo trabalhada de forma fragmentada, ou seja, os docentes estão apenas estudando meio ambiente separadamente dos seres humanos e esquecendo-se de estudar as representações sociais da humanidade, a lei 9795\1999 deixa claro que estudar educação ambiental é estudar o social das pessoas sentindo-se integrante do mesmo, no entanto poucos professores sabem disso e limitam suas práticas apenas ao meio ambiente natural, isso se dá por diversos fatores, que temos que levar em conta, embora do assunto seja discutido, poucos docentes tem formação ou algum tipo de curso na área, principalmente aqui na nossa região no auto sertão alagoano, também é possível observar que os cursos de formação de graduação em licenciatura em

pedagogia não oferece o suporte adequado para o melhor desenvolvimento e esclarecimento da educação ambiental, pois a LDB/1996, assegura que esse tipo de educação deve ser posto em todos os níveis de ensino.

Teoricamente a educação ambiental assim como todos os temas transversais (ética, ensino religioso, saúde entre outros) estão postos para sua execução muito bem organizado em vários documentos que norteiam a educação, porém ao pisar no chão da escola deparei-me com diversas dificuldades relatadas pelos professores e também que conseguimos observar, falta incentivo e valorização do tema, para que os docentes e o coordenadores da educação possam desenvolver o que realmente significa educação ambiental e como praticá-la em sala de aula.

Através dos relatos podemos compreender que não existe uma prática contínua da educação ambiental dos professores do ensino fundamental I de Delmiro Gouveia-Al, segundo a nossa amostra de professores, trazemos a discussão e anseios dos docentes ao se falar em educação ambiental, a grande maioria ainda emprega educação apenas ao natural, ou seja, que devemos preservar a natureza, isso pode ser da pelo fato que o município não apresenta nenhum tipo de especialização ou curso, se apresenta é de forma fragmentada também levando em conta apenas o natural, como construção de hortas e canteiros nas escolas, ao indagá-los sobre qual tipo de material muitos associou apenas a materiais escolares, sem levar em conta que um simples passeio pode ser enriquecido para a visão de meio ambiente, no entanto através do contato conseguimos notar que muitos fazem o que pode para construir uma boa educação para suas crianças, mas o conhecimento adequado ainda os mesmo não possui para poderem desenvolver uma educação, propriamente de qualidade. Em suma com base no problema posto no início do trabalho é notório que temos muitas leis, normas e autores que nos levam a pensar sobre como deve ser o processo de inserção da educação ambiental, porém na cidade pesquisada pela falta de informação e professores especializados na área a inclusão do tema para todos os níveis de ensino levando em consideração as representações socioambientais, como está posto nos documentos, não está vigorando, desta forma várias cidadãos estão perdendo a oportunidade de participar das atividades do desenvolvimento fundado nos respeito a todos, suas emoções, cultura entre outras coisas que os documentos norteadores da educação ambiental propõem.

Este trabalho não se encerra por aqui, foi uma contribuição para a educação ambiental, para os docentes e serve de incentivo a todos que compõe a educação, pois ajuda a entender de fato o quanto, ainda, mercê ser pesquisa e analisado o tema da educação ambiental

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério de Educação. **Constituição Federal de 1988.**

_____. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania Coordenação-Geral de Educação Ambiental Assunto: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, 1996.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961. ISBN: 978-85-7018-787-1 1. Educação, legislação, Brasil. 2. Educação e Estado, Brasil. 3. Política educacional.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, 1997.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

_____. **RESOLUÇÃO CEB Nº 2, DE 7 DE ABRIL DE 1998.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº9.795 de abril de 1999;**

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros e Diretrizes curriculares Nacionais. 1999**

_____-Ministério da Educação. **Programa nacional de educação ambiental- PRONEA /** Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BONATTO, Dalva Maria Bianchini. **Formação Docente Em Educação Ambiental Utilizando Técnicas Proletivas.** Rio Claro- São Paulo, 2005.

BRANCALIONE, Leandro, **Educação Ambiental:** Refletindo Sobre Aspectos Históricos, Legais E Sua Importância No Contexto SOCIAL/ Vol. 11 – Nº 23. 2016

COLESANTI, Marlene. Paisagem e educação ambiental. In: **Encontro Interdisciplinar sobre o Estudo da paisagem. V. 3,** p. 35. Rio Claro, UNESP, 1996.

CUNHA, Emmanuel Ribeiro. **Os Saberes Docentes ou Saberes Dos Professores.** v.1, n.2 2007.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

- EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios.** Marechal Cândido Rondon, 2007. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Especialização “Planejamento para o Desenvolvimento sustentável”)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná [Orientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin].
- FAZENDA, Ivani (org.). **O Que é interdisciplinaridade?**— São Paulo : Cortez, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, paz e terra, 1987. Acessado em 25/01/2018, disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf.
- GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil.** - 4. ed. - São Paulo, Atlas, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **ESTIMATIVAS DE POPULAÇÃO.** Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf. Censo demográfico. Acessado em 20/08/2018.
- JACOBI, Pedro. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003.
- JACOBI, Pedro Roberto. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005. Disponível. <https://www2.bing.com/search?q=educa%20a7%20a3o+ambiental+e+foma%20a7%20a3o+educacinal%2c+scielo&FORM=AWRE>. Acessado em 13-07-2017.
- LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Profissionais da Educação: Visão Crítica e Perspectiva de Mudança.** Educação & Sociedade, ano XX, nº 68. São Paulo, 1999
- MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios.** 64 p.: il. Belo Horizonte, 2002.
- MARTINS, Nathalia **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL;** São Carlos Abril 2009.
- MARQUES, Ronualdo; GONZALEZ, Carlos Eduardo Fortes; XAVIER, Claudia Regina. **As Dificuldades Da Inserção e Da Prática em Educação Ambiental No Currículo Escolar.** XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental. Paraná.
- MEDEIROS, MENDONÇA, SOUSA, OLIVEIRA. **A importância da educação ambiental na escola nas series iniciais,** Revista faculdade montes belos, V.4,n., set 2011.
- QUADROS, ALESSANDRA. **Educação ambiental: Iniciativas Populares e Cidadania.** Universidade Federal de Santa Maria Curso de Especialização em Educação Ambiental (CPGEA) monografia de especialização. 2007.
- PASCHOALETO, Angelo Rocha; SOUZA Ana Paula Borges de; SANTOS JohannaArend dos, Matheus Paula Danielle, LOURENÇO, Renata Vieira **Compartilhando responsabilidades na promoção da justiça; SINUS 2014.**

PLICAS, Lidia Maria de Almeida, FERTONANI, Iêda Aparecida Pastre
Implantação de Projetos em Educação Ambiental nas Escolas da Rede Pública da Região de São José do Rio Preto, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Carlos/Downloads/implantacaodeprojetos%20(1).pdf. Acessado em 28/01/2018

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. Série Questões de Nossa Época. São Paulo: Cortez, 2002.

RUFFINO, S. F. **A Educação ambiental nas escolas municipais de educação infantil de São Carlos-SP**. 2003. 109 p. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

REIS, Júnior; ALFREDO Morel dos. **A formação do professor e a Educação Ambiental**. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

SAUVÉ, L. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa**, 1994.

SAUVÉ, Lucie. **Educação Ambiental: possibilidades e limitações/ Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322. 2005

SOARES. Ana Maria Dantas. et .al. **Educação Ambiental: construindo metodologias e práticas participativas**. Paracambi, RJ, 2003. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo. Acesso em 21 de maio. 2017.

TAVARES. A. M. B. do N.; FRANÇA, M. **Política de formação de professores: o PROBÁSICA – UFRN e a formação profissional**. Revista Educação em Questão. Natal: [s.n.], v. 26, n.12, p. 106-134, maio/ago. 2006.

TORALES, Marília Andrade. **A Inserção da Educação Ambiental nos Currículos Escolares e o Papel dos Professores: da Ação Escolar a Ação Educativo-Comunitária Como Compromisso Político Pedagógico**. Revista do PPGEA/ FURG – Rio Grande do Sul. 2013.

UNESCO. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: 2007.

VALENTI, MaylaWillik, OLIVEIRA Haydée Torres, DODONOV Pavel, Silva Maura Machado **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Políticas Públicas e a Prática Educativa**; Educação em Revista | Belo Horizonte | v.28 | n.01 | p.267-288 | mar. 2012

WINTHER, João Roberto Cilento. Evolução histórica da legislação ambiental Brasileira, in. et.al. **Educação Ambiental Legal**, Brasília: tiragem limitada, 2002, 12-36.

APÊNDICES

Roteiro Estruturado

- 1) A quantos anos você leciona ?
- 2) Qual a sua formação?
- 3) O que é educação ambiental para você ? e qual importância da mesma?
- 4) A escola ou direção apresenta algum projeto para a Educação Ambiental?
- 5) Para você a prática de Educação Ambiental pode emancipar o sujeito? Por que ?
- 6) A escola apresenta materiais necessários para as atividades de Educação Ambiental ?
- 7) Quais suas principais ferramentas desenvolver a Educação Ambiental ?
- 8) Quais as principais dificuldades apresentadas para desenvolver esse tipo de educação?
- 9) O município apresenta ou já apresentou algum tipo de especialização na área?
- 10) A Educação Ambiental é empregada em todas as disciplinas ou tem uma semana, uma disciplina que você emprega?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa”

(Resolução CNS. 466/12)

Eu, _____, tendo sido convidad(o/a) a participar como voluntári(o/a) da pesquisa explanatoria **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE DELMIRO GOUVEIA- AL**, para construção do trabalho de conclusão de curso de **Mariza Pereira Costa**, responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- Que os riscos que este estudo pode designar são os seguintes: incômodo de tempo para responder o questionário e/ou constrangimento em responder as perguntas. Para tornar mínimo o risco citado, será permitido ao participante escolher o momento ideal para responder ao questionário e participar da entrevista. Esclareceremos que o participante terá todo o direito de recusar-se a responder qualquer pergunta que considere constrangedora. Informaremos que os dados coletados para a pesquisa é de caráter sigiloso e os participantes serão codificados.
- Que os resultados que se desejam alcançar com a minha participação são os seguintes: a) publicações de autoria dos pesquisadores dos projetos; b) preparação de alguns artigos a serem publicados em periódicos.
- Que eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Delmiro Gouveia- AL, ____/_____/____ de 2018.

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári (o,a) entrevistado